



CONGRESO INTERNACIONAL

CONTESTED_CITIES

EJE 1

Artículo nº 1-509

**SALVADOR DA BAHIA, A COPA DO MUNDO 2014 E
O DAY-AFTER
UM OLHAR BRASILEIRO SOBRE O CASO DA CIDADE
DE SALVADOR**

PIERO CARAPIÁ LIMA BAPTISTA

SALVADOR DA BAHIA, A COPA DO MUNDO 2014 E O DAY-AFTER

Um olhar brasileiro sobre o caso da cidade de Salvador

Piero Carapiá Lima Baptista

Aluno de doutorado -Universidade Federal da Bahia

pierocarapia@hotmail.com

ABSTRACT

Diversos são os impactos das lógicas neoliberais através de modelos de desenvolvimento urbano como o Planejamento Estratégico, ou mesmo fenômenos claramente mais injustos como a gentrificação. Os casos internacionais paradigmáticos de Baltimore, Barcelona ou Nova Iorque não conseguem mais explicar adequadamente os casos das cidades brasileiras e latino-americanas, sobretudo por serem realidades cuja malha urbana e estrutura social coexistem e colidem intrinsecamente em suas dimensões formais (bairros regularizados, áreas nobres e empregos estáveis) e informais (favelas, ocupações precárias nos centros tradicionais degradados, trabalhos informais, típicos ou de ambulantes), circunstância bastante distintas dos países ricos “centrais”. Apenas refletindo sobre nossos casos específicos será possível detectar as congruências e incongruências dos modelos importados de planejamento urbano a que estão submetidas nossas cidades e nossos próprios sistemas de crítica e teorização, e assim avançar em soluções mais inclusivas. É por esse caminho que propomos a discussão do caso da cidade de Salvador antes, durante e após a execução da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, uma vez que a primeira capital do Brasil apresentou resultados inesperados, mesmo quanto às desapropriações e à especulação imobiliária, oferecendo uma nova oportunidade para discutir o Centro Antigo de Salvador diante da validade ou não de um processo de gentrificação.

PALAVRAS-CHAVE: Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, Centro Antigo de Salvador, gentrificação, Salvador, informalidade urbana.

1. INTRODUÇÃO

Diversos são os impactos das lógicas neoliberais através de modelos de desenvolvimento urbano como o Planejamento Estratégico (MINTZBERG, 1994; BORJA, CASTELLS, 1996; COMPANS, 2004; VAINER, 2011), ou mesmo fenômenos claramente mais injustos como a gentrificação (BUTLER, SAVAGE, 1995; SMITH, 1979, 2006; BIDOUCACHARIASEN, 2006; GAFFNEY, 2013). Os casos paradigmáticos como o de Baltimore, o de Islington em Londres, ou mesmo o exemplo de Nova Iorque que ajudou Neil Smith a descrever uma “gentrificação generalizada”, não podem mais (se é que já puderam) descrever e avançar a discussão de casos no Brasil ou na América Latina.

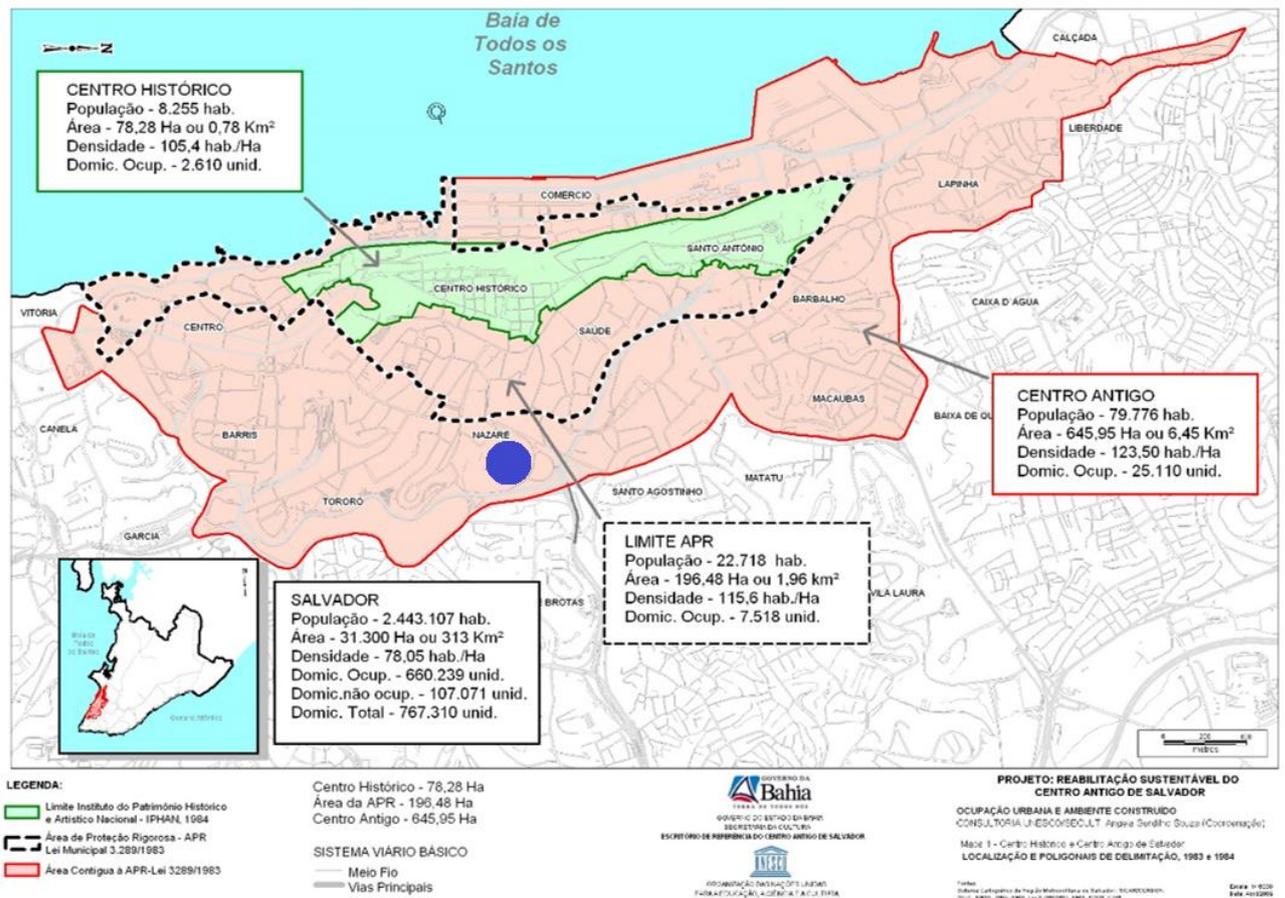
Nossas disputas urbanas não são meras “variações” ou “corrupções” de um modelo concebido nos países “centrais”. Conquanto existe a necessidade de propor modelos próprios para teorizar, desenvolver críticas e proposições de solução para nossos conflitos, de modo que se fazem fundamentais os autores brasileiros envolvidos na discussão da produção urbana contemporânea no Brasil, incluindo centros antigos (ARANTES, VAINER, MARICATO, 2000; MARICATO, 2011; GOMES, CORRÊA, 2011), é fundamental que assumamos a tarefa de expor os nossos casos empíricos, variados em suas tensões iniciais e em seus resultados, de modo que talvez um dia se tornem referências para melhor compreender a realidade urbana fora do eixo dos países “centrais”. Por isso a escolha em discutir o caso de Salvador antes, durante e após a execução da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 (BAPTISTA, 2014), uma vez que a primeira capital do Brasil apresentou resultados inesperados, mesmo quanto às desapropriações e à especulação imobiliária.

Entende-se que os megaeventos esportivos não criam - apenas estimulam, potencializam e instrumentalizam - as lógicas neoliberais do Planejamento Estratégico, em geral alimentadas pelo superestimado discurso turístico e de melhorias na infraestrutura (BURBANK, ANDRANOVICH, HEYING, 2001; MATHESON, BAADÉ, 2004; MAENING, PLESSIS, 2007), à despeito de que seja comum equipamentos ociosos ou inadequados, gastos excessivos, benefícios assimétricos e violações de direitos humanos e à cidade, desencadeando processos para além do megaevento (LEFEBVRE, 2001; VAINER, 2011; PAULA, BARTELT, 2014; BAPTISTA, 2014). Em uma cidade extremamente desigual, majoritariamente composta por negros e pobres, cujo patrimônio material e imaterial, em especial na região do Centro Histórico de Salvador (CHS) e Centro Antigo de Salvador (CAS)¹ encontrava-se em situação bastante vulnerável (BAHIA, 2010; MOURAD, 2011; SANT’ANNA, 2013), a Copa 2014 significou a oportunidade de avaliar as incongruências de modelos teóricos e de fórmulas de suposto sucesso inspiradas em contextos muito diferentes da realidade de Salvador - com sua intrínseca dicotomia entre a esfera urbana formal e a informal, seus encontros cotidianos ora conflituosos, ora harmoniosos, circunstância própria às cidades brasileiras e latino-americanas que difere bastante das cidades dos países ricos e “centrais” norte-americanos ou europeus (NASCIMENTO, 1999; ARANTES, VAINER, MARICATO, 2000; CANCLINI, 2002, LIERNUR 2008). Portanto, a trajetória de Salvador na Copa 2014 seguiu trilhas próprias, algumas delas com desdobramentos até o presente, à exemplo da discussão sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU)².

¹ O Centro Histórico de Salvador (CHS) é uma poligonal estabelecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1984, enquanto que o Centro Antigo de Salvador abrange tanto o CHS quanto vários bairros tradicionais no entorno, incluindo a região da Arena Fonte Nova (utilizada nas partidas da Copa 2014).

² A Lei nº 10.257, denominada Estatuto da Cidade, define o PDDU, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo.

Figura 01: Poligonais CHS e CAS, com Arena Fonte Nova indicada em azul.



Fonte: Modificado pelo autor de (BAHIA, 2010, p. 74-75).

2. A COPA 2014 NO BRASIL E EM SALVADOR: DO DISCURSO DE PROMOÇÃO AO DE REVOLTA.

Durante a primeira década do século XXI o Brasil galgou posições entre os países mais ricos do mundo, chegando ao sexto maior Produto Interno Bruto (PIB), favorecendo-lhe na disputa por sediar megaeventos. Isso se evidenciou através de programas de transferência de renda e do aporte de verbas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), gerando empregos em época de escassez internacional e amortizando problemas sociais. É importante salientar o *Programa Bolsa Família*, que compõe o *Plano Brasil sem Miséria*, gerando circulação de dinheiro, acesso à bens de consumo e combate à fome, além de ações de inclusão social como as cotas universitárias, o *Programa Minha Casa, Minha Vida* (programa de política habitacional) e o *Financiamento Estudantil* (Fies), entre outros, melhorando a imagem do Brasil internacionalmente.

Sediar a Copa 2014 e as Olimpíadas 2016 advém também de um longo trabalho encabeçado pelo Ministério do Esporte desde a década de 1990, ou seja, um esforço contínuo que começou a render frutos com os Jogos Sul-americanos em 2002 e, principalmente, com o Pan-americano de 2007 (BRASIL, 2007). Somado ao carisma pessoal e a alta popularidade do ex-presidente Luís Inácio “Lula” da Silva, o Brasil aparentava por um lado estar mais apto a deixar a categoria dos países semiperiféricos e, por outro, uma certa despreocupação com os gastos do megaevento na medida que outros pleiteantes desistiam (como o Chile, a Argentina e, por fim, a Colômbia), em geral frente

aos elevados custos e exigências da FIFA, deixando o Brasil como candidato único em 2007.

Em 2011 foi publicado o estudo *Brasil sustentável: Impactos Socioeconômicos da Copa do Mundo 2014*, pela Ernst & Young Terco em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), parceria questionável, uma vez que a FGV havia elaborado em 2001 um estudo de impactos e gastos muito similar para o Pan-americano de 2007, no Rio de Janeiro – megaevento esportivo controverso, orçado inicialmente pela entidade em R\$ 300 milhões, mas por fim custando em mais de dez vezes o previsto e deixando poucos legados para a sociedade (MASCARENHAS, 2007). Boa parte das argumentações deste estudo de 2011 para a Copa 2014 embasaram o discurso de promoção, a exemplo de um superestimado crescimento da economia entre 2010 e 2014 de R\$ 142 bilhões, 3,63 milhões de empregos temporários/ano em diversos setores beneficiados, bem como do investimento estimado de R\$ 29,6 bilhões, R\$ 12,5 bilhões (42%) seriam de origem pública e R\$ 17,16 bilhões (58%) teriam origem no setor privado (ERNST & YOUNG TERCO; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010). A realidade: apenas 14% dos investimentos foram arcados pelo capital privado, segundo planilhas finais disponibilizadas pelo Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 (GECOPA).

Nossas dificuldades e insucessos atestavam que as condições prévias ao megaevento bem como a sua inclusão em um planejamento nacional de médio ou longo prazo são vitais para o sucesso relativo, o que nos aproximou do ônus da experiência da Copa 2010 na África do Sul ao passo em que nos afastou dos êxitos verificados na Alemanha, em 2006 (BAPTISTA, 2014; PAULA, BARTELT, 2014). Aliás, a experiência dos megaeventos recentes sugere que a visibilidade nacional e internacional positiva seria um dos poucos legados plausíveis, uma vez que os ganhos materiais tendem a ser pequenos ou temporários, quando existem (MATHESON, BAADE, 2004; MAENING, PLESSIS, 2007).

A realidade em Salvador não seguiu diferente. Com legado quase restrito à Arena Fonte Nova e às obras no porto e no aeroporto (referentes à Matriz de Responsabilidade firmada entre a FIFA e o poder público), sendo descartadas a maior parte das obras em mobilidade urbana, saúde e segurança pública, o discurso gradualmente transitava da promoção para o de decepção, ou mesmo revolta. Assim, o ano de 2013 tornou-se um marco dos protestos no Brasil, com repercussão internacional das chamadas “Jornadas de Junho”³ (MARICATO et al, 2013), uma vez que as reivindicações contra o aumento das tarifas do transporte público levaram à ampliação da pauta dos protestos, que coincidiram com a realização da Copa das Confederações 2013 (considerado o principal evento-teste da Copa 2014), ocasionando manifestações nas ruas, gritos inflamados de “não vai ter Copa”, “o gigante acordou”, “queremos hospitais padrão FIFA” e “vem para a rua”, abarcando portanto insatisfações com o megaevento e seus gastos em plena crise econômica e política. Deteriorava-se a aprovação popular em relação ao governo da presidente Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT), que optou por manter uma posição firme de repressão às manifestações. Em 2014, a forte repressão do Estado e a prisão autoritária de manifestantes ocasionou manifestações tímidas durante a Copa 2014 propriamente dita.

³ Em Salvador houve passeata e protestos, apedrejamento de dois ônibus da FIFA e a tentativa de invasão do hotel que serviria de base para a entidade.

3. OS IMPACTOS DA COPA 2014 EM SALVADOR – DAS TRANSFORMAÇÕES FÍSICAS ÀS INDEFINIÇÕES DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA.

Quanto aos impactos físicos relacionados ao mundial, incluem-se o novo Terminal Marítimo de Passageiros (com a demolição de dois armazéns datados de 1913), mas, sobretudo, com a implosão do Estádio Octávio Mangabeira, conhecido como Fonte Nova e que incluía piscina olímpica, ginásio esportivo e colégio estadual (perdas ainda não restituídas plenamente pelo Estado⁴). O destino do antigo estádio inaugurado em 1951 já parecia selado quando, em 2007, um desabamento parcial ocasionou na morte de sete pessoas – em 2009 o governador anunciava sua demolição. A Faculdade de Arquitetura da UFBA (FAUFBA), o Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento da Bahia (IAB/BA), e o núcleo local do *International Working Part for Documentation and Conservation of Buildings, Sites and Neighbourhoods of the Modern Movement* (DOCOMOMO/Bahia) deram entrada pouco depois da tragédia em um processo de tombamento da Fonte Nova junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e outro no Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), indicando o mérito arquitetônico do projeto de Diógenes Rebouças, a importância da memória histórica, cultural e qualidades singulares de integração com a paisagem (ANDRADE, in GOMES; CORRÊA, 2011). Mesmo com ações movidas pelo Ministério Público, os tombamentos foram indeferidos e em agosto de 2010 ocorreu sua implosão. A Parceria Público-Privada (PPP) para a execução da nova Arena Fonte Nova revelava uma trajetória de benefícios assimétricos e parte das estratégias de revitalização do CAS.

Influenciado pelo neoliberalismo e pensamento empresarial do Planejamento Estratégico (MINTZBERG, 1994; BORJA, CASTELLS, 1996; ARANTES, VAINER, MARICATO, 2000; COMPANS, 2004; VAINER, 2011) instalou-se um processo de exceção da legislação urbana sobre a cidade. Sob a controversa alegação da urgência e do caráter impositivo da Copa 2014, buscou-se alterar o PDDU de Salvador (de 2008) no que seria chamado “PDDU da Copa”. O real interesse recaía sobre alterações de índices construtivos na orla marítima e do zoneamento/uso urbano no entorno da Arena Fonte Nova (em Nazaré, bairro residencial tradicional de classe média baixa no CAS). Esse projeto de lei entregue em 2011 pela Prefeitura à Câmara Municipal tramitou em regime de urgência, e assim seguiria desimpedido, não fossem as irregularidades processuais e a falta de transparência e de participação popular que culminaram em intensos embates jurídicos. Dadas as indefinições do PDDU até fevereiro de 2014, quando foi finalmente julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (e descartados uma série de pontos atrativos ao capital privado), o atual prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto assumiu o compromisso de elaborar um novo PDDU para 2015 (atualmente ainda em discussão).

Circunstâncias como essas influenciaram nos impactos deixados pela Copa 2014. Enquanto em 2011 houve considerável valorização de imóveis nos bairros do entorno da Arena Fonte Nova pouco após a demolição do antigo estádio, chegando a 50% em Nazaré, Engenho velho de Brotas e Jardim Baiano, após a conclusão da arena, em 2013, houve valorização mais discreta de 15% (BAPTISTA, 2014) - após a Copa 2014 nenhuma mudança expressiva que justificasse gentrificação. Também, em Salvador a previsão do Comitê Popular era de 12.000 pessoas desapropriadas (MARINHO; COMPAGNANI; COSENTINO, in PAULA, BARTELT, 2014), situação que não se concretizou. Ainda assim, foi lastimável a remoção forçada de moradores de rua do entorno da Arena Fonte

⁴ Somente agora, em 2016, parece estar próxima a entrega de piscinas olímpicas em um terreno da antiga Fundação da Criança e do Adolescente, próximo à Arena Fonte Nova.

Nova no período dos eventos, levados em Kombis da Prefeitura para abrigos ou municípios vizinhos (BAPTISTA, 2014).

4. UM MODELO DE CIDADE IMPORTADO E INADEQUADO - A CIDADE INFORMAL NÃO CONTEMPLADA E VIOLENTADA, MAS QUE RESISTE.

A Copa 2014 trouxe uma nova oportunidade de discutir o CAS e suas constantes ameaças de gentrificação, sobretudo por conta da localização da Arena Fonte Nova. Mesmo com grandes problemas urbanos, seria incorreto afirmar que não há planejamento urbano em Salvador. A questão é: este planejamento corresponde às reais necessidades da cidade e de seus habitantes? Como são feitos? Para quem? É possível analisar seus problemas por pressupostos teóricos aplicados a contextos tão distintos aos nossos? Estaríamos lidando no cenário “pós-Copa 2014” com a consolidação de um processo de gentrificação no CAS? A resposta não é simples, pois mesmo com o conceito de “gentrificação generalizada” (SMITH, in BIDOU-ZACHARIASEN, 2006) e a tentativa de síntese do fenômeno apresentada por Otilia Arantes (ARANTES, VAINER, MARICATO, 2000), autores como Butler, Van-Criekingén e Hamnet (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006) preferem uma definição menos generalista por acreditarem que o fenômeno é mais restrito, seja por um movimento de retorno aos centros urbanos anglo-saxões, seja por serem que tal generalização mascara fenômenos locais que merecem análise específica.

Diante deste impasse, pode-se observar a contribuição de Christopher Gaffney (GAFFNEY, 2013) ao sugerir o termo “gentrificações”, no plural. Analisando casos empíricos no Rio de Janeiro apontou: a) um tipo de gentrificação no bairro do Flamengo, atingido pelo afã de empreendedorismo com os megaeventos; b) uma “gentrificação liderada pelo Estado” no Porto Maravilha, influenciada pelo poder privado na definição de uma Operação Urbana Consorciada (OUC)⁵ e; c) outro tipo nas favelas ocupadas pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), fruto direto do Pan-Americano de 2007, libertando forças de mercado não só nos morros (informal), mas no “asfalto” (formal) ao redor deles. Tal iniciativa suscita no caso de Salvador analisar quais pontos divergem das aceções tradicionais e como entender o processo por bases locais.

A região compreendida pelo CHS e CAS é pensada há décadas segundo lógicas neoliberais do Planejamento Estratégico para atrair turistas e empreendimentos comerciais/residenciais/culturais para as classes média e média alta, ou seja, elitizar um espaço central e histórico segundo certas tendências vigentes (CHOAY, 2001). Atrair as classes abastadas faz parte das disputas de poder que constroem “espaços da diferença” sobre o patrimônio edificado e natural, transformando-os em bens de consumo (ARANTES, 2000). Em Salvador, esta elite não habita o centro tradicional pelo menos desde as décadas de 1970 e 1980; quem mora, consome e trabalha no CHS e CAS atualmente são funcionários públicos dos órgãos remanescentes, comerciantes e moradores de classe média baixa, pobres ou mesmo sem-teto. Foi por considerar inadequado e indesejável este perfil populacional (que bem ou mal resiste até hoje) que ações como o *Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador* (PRCHS), em 1992, causaram a acentuação do esvaziamento habitacional da área, postura higienista que só agravou o estado de insalubridade, insegurança e deterioração patrimonial (BAHIA, 2010; MOURAD, 2011). Apesar do esforço em elitizar a região com recursos públicos,

⁵ Previsto no Estatuto da Cidade, permite regularizar imóveis e alterar parâmetros construtivos e urbanos para uma seção específica da cidade, gerando recursos ao município com a venda de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC).

recuperando fachadas, modernizando a infraestrutura e convidando uma série de grifes, restaurantes finos e joalherias, passados os dois primeiros anos de euforia, entre 1994 e 1995, as próprias classes altas não demonstraram interesse duradouro no comércio nem nos espaços culturais, muito menos em habitar.

Ao observarmos o *Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador* (BAHIA, 2010), em 2010, o recém divulgado, em 2014, *Masterplan Estratégico para o Centro Antigo de Salvador*⁶ (ambos de competência estadual); o conjunto de ações do programa PAC-Cidades Históricas (competência federal); e as possíveis consequências da aprovação de um novo PDDU (competência municipal) que, entre outras coisas estabelece no CAS uma enorme poligonal de OUC - delimitação aparentemente influenciada por grandes empresas como a Odebrecht⁷, algo similar ao ocorrido no Porto Maravilha, no Rio de Janeiro - percebe-se que o espaço urbano ainda é planejado prioritariamente para uma “reconquista” da região pelas classes abastadas e por turistas. Apesar de pela primeira vez ser possível verificar o alinhamento de interesses dos três grandes agentes estatais em favor do capital privado⁸ ainda não é possível confirmar gentrificação, ou seja, real mudança nos arranjos sociais, econômicos, culturais e físicos (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006).

Diferente de São Paulo ou Rio de Janeiro, Salvador é ainda mais desigual e majoritariamente pobre, portanto esta elite relativamente reduzida já se encontra instalada em outras regiões “nobres”. A reabilitação do CAS e CHS deveria passar primeiro pela justa reivindicação dos movimentos por moradia no Brasil, como defendeu Bonduki para o centro de São Paulo (BONDUKI, 2001); um planejamento urbano que conseguisse refrear o esvaziamento dos atuais moradores/usuários, incluindo os informais, e passasse por melhorias voltadas às classes mais baixas, poderia, por consequência, investir em menor escala na classe média (e mesmo alta), minimizando a diferenciação socioespacial. No entanto, quando o Estado levanta a possibilidade de 8000 novas unidades habitacionais e destina apenas 100 para moradia social⁹, percebe-se uma intenção gentrificadora que provavelmente repetirá insucessos do passado.

Ermínia Maricato traz uma importante reflexão sobre modelos importados à realidade brasileira (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000). Para ela, em primeiro lugar, o planejamento urbano no Brasil tenta importar constantemente modelos que não necessariamente nos servem, ou seja, “ideias fora do lugar”, e gerou inclusive Planos Diretores tecnicamente bastante bem feitos, mas que serviam de fachada ideológica para encobrir os reais interesses que direcionam o investimento urbano. Em segundo lugar, afirma que o planejamento urbano no Brasil não considera a cidade informal, ou seja, a do crescimento irregular, das favelas e ocupação informal entre os bairros formais, como nos centros antigos. Portanto, a esfera informal – o tecido urbano e as pessoas que nele habitam ou trabalham - que predomina nas cidades brasileiras seria um “lugar fora das ideias”. Essa só é considerada quando existe um objetivo maior em sua “conquista” por forças do mercado.

⁶ Desenvolvido pelos arquitetos Carlos Leite e Adriana Levisky com apoio técnico da Diretoria do CAS (DIRCAS).

⁷ O Decreto Municipal nº 23.935, de 2013, autorizava a Odebrecht Properties (segmento responsável por negócios imobiliários) a desenvolver um plano urbanístico para três grandes áreas de Salvador com enorme potencial especulativo: a Orla marítima, a Península de Itapagipe e o CAS. Coincidência ou não, estas mesmas áreas aparecem no novo PDDU como poligonais de OUC.

⁸ Em Salvador a iniciativa privada em geral não vai além da aquisição de imóveis e da especulação, como no empreendimento LGR Santo Antônio Além do Carmo.

⁹ Idem à nota 6. Ver também apresentação do *masterplan* do CAS disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Grfo-d4W9LQ>.

No entanto, a realização de um “projeto de cidade” não inclusivo está mais difícil e as razões para isso, no caso do CHS e CAS, não podem ser explicadas unicamente pela falta de demanda real da elite. A vivência informal em Salvador e sobretudo na região do CAS resiste, se adapta e muitas vezes suplanta as inúmeras tentativas de enquadrá-la, formalizá-la e exterminá-la, seja por planos reiteradamente equivocados e outras “ideias fora do lugar”, seja por insistências pontuais de um “padrão FIFA” de megaeventos, como ao entrar em conflito com as baianas de acarajé¹⁰ e os ambulantes do CAS e do entorno da Arena Fonte Nova. Após muita luta as baianas se mobilizaram e conseguiram entregar uma petição com milhares de assinaturas diretamente à assessoria da Presidência da República, que esteve em Salvador e também confirmou, ao apurar denúncias dos movimentos sociais, outros indícios de violações dos direitos humanos além da violação do direito ao trabalho (BRASIL, 2013). Para a Associação das Baianas de Acarajé e Mingau (Abam), o fato da FIFA ter reconhecido a importância das baianas como símbolo da Bahia e ter dado a permissão para que elas exercessem o ofício tradicional no estádio era o que importava. Quanto ao comércio informal, em 6 de maio de 2014 a Secretaria Municipal de Ordem Pública finalmente ofereceu 500 vagas para cadastramento no entorno da arena e áreas de evento, ainda que dentro de uma postura de “choque de ordem”, visto que tradicionalmente o comércio informal é marginalizado pela mídia, pelo Estado e muitas vezes até por aqueles que o consomem (NASCIMENTO, 1999) – postura ainda mais evidente na ação *Av. Sete de Setembro, Território Empreendedor*, arbitrariamente executada entre 2013 e 2014 para o ordenamento do mercado informal em uma das avenidas mais tradicionais da cidade (BAPTISTA, 2014).

Além destas disputas de atores sociais que lograram maior ou menor sucesso, outra prova de resistência dos movimentos populares veio através do documento *Propostas Para um PDDU Popular* (ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS E COMUNIDADES DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR et al, 2015), publicado em 24 de outubro de 2015, demonstrando capacidade de articulação e mobilização técnica com o apoio de profissionais de diversas áreas. Com propostas inclusivas destinadas ao direito à moradia, preservação do patrimônio cultural, natural e paisagístico frente aos esforços de apropriação privada dos espaços urbanos, sobretudo no CAS e demais espaços demarcados como OUC, o documento também denunciou, na minuta do novo PDDU apresentada pela Prefeitura, problemas crônicos como falta de participação cívica efetiva e ausência de diversos conteúdos mínimos exigidos pelo Estatuto da Cidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os legados da Copa 2014 não ocorreram como o esperado, ainda que as impressões deixadas aos turistas em relação à cidade de Salvador e ao estádio tenham sido muito boas (95% garantiram interesse em retornar)¹¹. O megaevento deixou pautas pendentes que, através de um novo PDDU e da articulação das várias instâncias de poder, buscam viabilizar um projeto de cidade segregador e “esquizofrênico”, que não reconhece ainda os direitos das minorias, das classes mais baixas e das viscerais relações informais dentro da nossa cidade, sobretudo para o CAS. Evidenciam-se, portanto, tentativas de empreendedorismo urbano à moda do Planejamento Estratégico ainda mais perigosa do que as praticadas nos países “centrais”, dada a maior vulnerabilidade socioeconômica local.

¹⁰ Acarajés são bolinhos de massa de feijão fritos no azeite de dendê. O patrimônio imaterial não é simplesmente o acarajé, mas o ofício tradicional ligado à prática religiosa de matriz africana.

¹¹ Circunstância que favoreceu também a sua alocação para dez partidas de futebol durante as Olimpíadas de 2016.

No entanto, o caso de Salvador mostra que às vezes os resultados são insatisfatórios para ambos os lados, não só por falta de demanda expressiva da elite local, mas também por conta da intervenção e controle mais assíduo do Ministério Público, dos efeitos da Lei de Acesso à Informação (Lei 12527/2011, aprovada durante os preparativos da Copa 2014), do poder de pressão que as manifestações de rua passaram a provocar, da crescente produção paralela de informação não só no ambiente acadêmico mas também nos movimentos sociais - cada vez mais assistidos por advogados, arquitetos, jornalistas e voluntários - ou mesmo pelo clima de instabilidade política, legal e econômica que se instalou no país.

6. BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE JUNIOR, N. V. Ampliações do conceito de patrimônio edificado no Brasil. In: GOMES, M. A. A. F.; CORRÊA, E. L. (Org.). *Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 145-170.
- ARANTES, A. A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.
- ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (2000). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS E COMUNIDADES DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR et al (2015). *Propostas para um PDDU popular*. Cedido ao autor por e-mail em 03 de maio de 2016.
- BAHIA. Governo do Estado. Secretaria de Cultura, Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador, UNESCO. *Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo*. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2010.
- BAPTISTA, P. C. L. *A Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 em Salvador: os possíveis impactos do megaevento, com ênfase no Centro Antigo de Salvador*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- BIDOU-ZACHARIASEN, C. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.
- BONDUKI, N. Habitação na área central de São Paulo: uma opção por uma cidade menos segregada, por um centro sem exclusão social. In: São Paulo (Município). Câmara Municipal de São Paulo. *Relatório Final da Comissão de Estudos sobre Habitação na Área Central de São Paulo*. São Paulo, Câmara Municipal, 2001.
- BORJA, J; CASTELLS, M. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos*, CEBRAP, n° 45, jul. 1996, p. 152-166.
- BRASIL. Ministério do Esporte. *Relatório Oficial dos XV jogos Pan-Americanos e III Jogos Parapan-Americanos Rio 2007. vol. 1*. [S.l.: s.n.], 2007. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/panVolume1.pdf>>. Acesso em: 20 de jan. 2013.
- BRASIL. Secretaria de Controle Interno da Presidência da República. *Relatório de Fomento ao Controle Social e Coleta de Subsídios ao Controle Técnico - Comitê Popular da Copa 2014 – Salvador/BA*. Brasília: [s.n.], 2013. Acesso em 20 maio 2014.
- BURBANK, M.J., ANDRANOVICH, G.D., HEYING, C.H. *Olympic Dreams: the impact of mega-events on local politics*. Rienner, 2001.
- BUTLER, T. Gentrification and the urban middle classes. In: BUTLER, T.; SAVAGE, M. *Social change and the middles classes*. London: University College of London Press, 1995.
- CANCLINI, N. G. *Latinoamericanos buscando lugar en este siglo*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação da Liberdade, 2001.
- COMPANS, R. *Empreendedorismo Urbano: Entre o discurso e a prática*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

- ERNST & YOUNG TERCO; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Brasil sustentável: Impactos Socioeconômicos da Copa do Mundo 2014*. Brasil: Ernst & Young Terco, 2011. Disponível em: <http://www.ey.com/BR/pt/Issues/Brasil_Sustentavel_-_Copa_2014>. Acesso em: 12 jun. 2012.
- GAFFNEY, C. Forjando os anéis: a paisagem imobiliária pré-olímpica no Rio de Janeiro. *E-Metropolis*, ano 4, número 15, dezembro 2013, p. 6-20.
- GOMES, M. A. A. F.; CORRÊA, E. L. (Org.). *Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2011.
- LEFEBVRE, H. *O direito à Cidade*. São Paulo: Editora Centauro, 2008.
- LIERNUR, J. F. *Trazas de futuro: Episodios de la cultura arquitectónica de la modernidad en América Latina*. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2008.
- MAENING, W; PLESSIS, S. World Cup 2010: South African economic perspectives and perspectives policy challenges informed by the experience of Germany 2006. *Hamburg Contemporary Economic Discussions*, n. 4, Hamburg, 2007.
- MARICATO, E. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- MARINHO, G.; COMPAGNANI, M; COSENTINO, R. Brasil. In: PAULA, M.; BARTELT, D. D (orgs). *Copa para quem e para quê? Um olhar sobre os legados dos mundiais no Brasil, África do Sul e Alemanha*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014, p. 12-59.
- MASCARENHAS, G. Mega-eventos esportivos, desenvolvimento urbano e cidadania: uma análise da gestão da cidade do Rio de Janeiro por ocasião dos jogos pan-americanos-2007. *Scripta Nova*, Barcelona, v. Xi, p. 1-13, 2007.
- MATHESON, V; BAADE, R. Mega-Sporting Events in Developing Nations: Playing the Way to Prosperity?. *Holy Cross Working Paper Series*, College of the Holy Cross, Department of Economics, Working Paper N. 0404, 2004.
- MINTZBERG, H. *The Fall and Rising of Strategic Planning*. Boston: Harvard Business Review, Janeiro/fevereiro, 1994, p. 105-115.
- MOURAD, L. *Processo de gentrificação do Centro Antigo de Salvador 2000 a 2010*. 2011. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- NASCIMENTO, V. M. Cultura e Cidade: o cotidiano dos vendedores ambulantes em Salvador (1968-1990). *Contraponto*. Salvador: Universidade Católica do Salvador, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Mestrado Institucional em História Social v. 2, n.2, nov. 1999.
- PAULA, M.; BARTELT, D. D (Org.). *Copa para quem e para quê? Um olhar sobre os legados dos mundiais no Brasil, África do Sul e Alemanha*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.
- SANT'ANNA, M. *Centro Histórico de Salvador: vazios legais e oportunismo*. In: Encontro Internacional ARQUIMEMORIA 4, 2013, Salvador. Anais... Salvador: ARQUIMEMORIA 4, 2013.
- SMITH, N. Toward a Theory of Gentrification A Back to the City Movement by Capital, not People. *Journal of the American Planning Association*, 45:4, pp 538-48, 1979.
- SMITH, N. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C (Org.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006, p.59-87.
- VAINER, C. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Apresentação Mesa Redonda “Política Urbana / Planejamento territorial”. *Anais XIV Encontro Nacional da ANPUR* – Rio de Janeiro, maio de 2011.

7. SITES ACESSADOS

ARCHDAILY: Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/624697/masterplan-estrategico-para-o-centro-antigo-de-salvador-carlos-leite-e-adriana-levisky>>. Acesso em 20 maio 2016.